

PLANO DE CONTINGÊNCIA

SECA E ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE ANAJÁS



ANAJAS- PARÁ

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO	4
2.1. Caracterização do Município	4
3. OBJETIVOS	5
4. AÇÕES PREVENTIVAS	5
5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PARA ABERTURA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA.6	
6 AÇÕES DE RESPOSTA.....	7
6.1 Fornecimento Emergencial de Água Potável	7
6.2 Distribuição de Kits de Higiene e Armazenamento.....	8
6.3 Atendimento Médico Emergencial e Vigilância Epidemiológica	8
7 AÇÕES DE RECUPERAÇÃO	9
8 ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	9
9 COORDENAÇÃO GERAL E ATUAÇÃO DAS SECRETARIAS NO PLANO DE CONTINGÊNCIA	9
9.1 Secretaria Municipal de Saúde	9
9.2 Secretaria Municipal de Educação	10
9.3 Secretaria Municipal de Infraestrutura.....	10
9.4 Secretaria Municipal de Meio Ambiente	10
9.5 Secretaria Municipal de Assistência Social	10
10 COMUNICAÇÃO E ALERTA	11
11 FONTES DE RECURSOS	12
12 MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO	13
FLUXOGRAMA DAS AÇÕES	14

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Contingência tempor objetivo estabelecer diretrizes e ações para prevenção, preparação, resposta e recuperação frente a eventos de seca e estiagem no município de Anajás, no Estado do Pará.

Este plano foi elaborado com base nas necessidades locais identificadas frente às recorrentes situações de seca e estiagem que afetam a região, **especificamente no período de junho a dezembro**. A vulnerabilidade da população frente à escassez de água, aliada às limitações estruturais e geográficas do arquipélago do Marajó, demanda um planejamento estratégico, coordenado e eficaz para minimizar os impactos negativos da seca e estiagem sobre a saúde pública, a segurança alimentar, a economia e o meio ambiente.

Este documento visa orientar as ações do poder público municipal, bem como das instituições parceiras, por meio de diretrizes claras e objetivas, abrangendo desde a prevenção e preparação até a resposta e recuperação diante de eventos críticos. A mobilização intersetorial, envolvendo as secretarias de Saúde, Educação, Infraestrutura, Meio Ambiente e Assistência Social, sob a coordenação da Defesa Civil Municipal, garante a efetividade das ações propostas.

Além disso, o plano incorpora mecanismos de comunicação e alerta à população, prevê fontes orçamentárias diversificadas e estabelece um sistema de monitoramento e avaliação contínua. Dessa forma, consolida-se como uma ferramenta essencial para a gestão de riscos e fortalecimento da resiliência da população frente às mudanças climáticas.

Sua aprovação formal pelas autoridades competentes reforça o compromisso institucional com a proteção da vida, o bem-estar da população e a sustentabilidade dos recursos naturais.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

2.1. Caracterização do Município

O município de Anajás, situado no arquipélago do Marajó, estado do Pará, apresenta características geográficas e socioeconômicas que o tornam particularmente vulnerável aos efeitos da seca e estiagem. Sua economia é fortemente baseada na agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo, atividades diretamente dependentes do regime hídrico local. A população, em grande parte residente em áreas ribeirinhas e de difícil acesso, tem como principal fonte de abastecimento de água os poços rasos, captação de águas pluviais e o uso direto dos rios.

Durante o período de seca e estiagem, com maior incidência no período de julho a dezembro, observa-se a significativa redução do volume dos rios, o que compromete não apenas o abastecimento de água para consumo humano, mas também o transporte fluvial, principal meio de deslocamento da população. A diminuição do nível dos rios acarreta ainda impactos severos na produção agrícola e na segurança alimentar da população, além de aumentar os riscos sanitários devido à precariedade no armazenamento e no tratamento da água para consumo humano.

Historicamente, eventos de seca e estiagem têm ocasionado desabastecimento em diversas comunidades rurais e urbanas, gerando aumento da demanda por atendimento em saúde devido a doenças de veiculação hídrica, agravamento de quadros de desnutrição, Doenças respiratórias, Doenças cardiovasculares, Agravamento de asma e DPOC e aumento de internações e óbitos e prejuízos econômicos relevantes.

A ausência de sistemas de abastecimento de água estruturados e de reservatórios com capacidade adequada agrava esse cenário, exigindo ações coordenadas e antecipatórias por parte do poder público municipal.

2.2. Histórico de Seca e Estiagens

Historicamente, eventos de seca e estiagem têm ocasionado desabastecimento em diversas comunidades rurais e urbanas, gerando aumento da demanda por

atendimento em saúde devido a doenças de veiculação hídrica, agravamento de quadros de desnutrição e prejuízos econômicos relevantes. A ausência de sistemas de abastecimento estruturados e de reservatórios com capacidade adequada agrava esse cenário, exigindo ações coordenadas e antecipatórias por parte do poder público municipal.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Estabelecer diretrizes, estratégias e ações integradas que possibilitem a prevenção, preparação, resposta rápida e recuperação eficaz frente aos eventos de seca e estiagem no município de Anajás, visando à proteção da vida, à redução dos danos sociais, ambientais e econômicos, à garantia do abastecimento de água potável, à preservação da saúde pública e à manutenção das atividades produtivas essenciais, fortalecendo a resiliência da população e das instituições locais diante dos impactos climáticos recorrentes.

Objetivos Específicos:

- Monitorar o nível dos rios e a previsão climática.
- Garantir abastecimento emergencial de água potável.
- Mitigar efeitos na produção agrícola e saúde pública.
- Promover ações educativas.
- Reduzir riscos de acidentes e desastres.
- Preparar equipes para treinamento de emergências.

4. AÇÕES PREVENTIVAS

Incluem inicialmente ação conjunta de todos os setores envolvidos:

- Identificar e georreferenciar comunidades mais vulneráveis à escassez de água, considerando fatores como acesso hídrico limitado, isolamento geográfico e dependência de fontes superficiais.
- Estabelecer rotinas de monitoramento do nível dos rios, precipitação pluviométrica e previsões climáticas.

- Promover campanhas educativas nas escolas e comunidades através do Projeto Político Pedagógico (PPP) sobre o uso racional da água, formas seguras de armazenamento e medidas de proteção à saúde durante a seca e estiagem.
- Treinar agentes comunitários de saúde, servidores municipais e lideranças locais para atuação preventiva e resposta rápida em situações de seca e estiagem.

Prevenção e combate inicial a incêndios.
- Instalar ou recuperar cisternas, caixas d'água e outros sistemas de captação e armazenamento, priorizando comunidades com maior vulnerabilidade.
- Elaborar rotas de abastecimento emergencial, se necessário, utilizando os meios de transportes disponíveis, assegurando agilidade em caso de necessidade de resposta.
- Implantar comitês locais para vigilância ambiental e comunicação de sinais de seca e estiagem, integrando-os à Defesa Civil municipal.
- Estabelecer parcerias com órgãos estaduais, federais e organizações não governamentais para apoio técnico e financeiro às ações preventivas.
- Realizar revisões anuais do plano com base em novas informações técnicas, eventos registrados e indicadores de risco.

5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PARA ABERTURA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

O diagnóstico inicial para implementação do plano de contingência será

realizado por meio da coleta e análise sistemática de dados referentes à

situação hídrica, socioeconômica e de saúde do município. Serão avaliados os níveis dos rios e poços, a extensão territorial afetada pela seca e estiagem, bem como os impactos observados nas atividades agrícolas e pecuárias.

Além disso, serão considerados os indicadores epidemiológicos relacionados ao aumento de doenças associadas à falta de água potável, como casos de diarreias e desidratação, hepatites e febre tifóide, especialmente em grupos vulneráveis. A população será ouvida por meio de consultas, escutas e registros das principais queixas sobre o acesso à água e condições sanitárias.

A partir desses dados, a Defesa Civil Municipal, em conjunto com as secretarias envolvidas, realizará a análise do grau de vulnerabilidade das áreas afetadas, identificando prioridades para as ações emergenciais. O diagnóstico será atualizado periodicamente para ajustar as estratégias do plano conforme a evolução da seca e a estiagem e seus efeitos sobre a comunidade.

Quando diagnosticado pela defesa civil, deverá imediatamente ser criada uma comissão de resposta rápida e abertura do plano de contingência para avaliar os dados e iniciar precocemente a resposta aos danos causados pela seca e estiagem.

6 AÇÕES DE RESPOSTA

6.1 Fornecimento Emergencial de Água Potável

Diante da redução crítica do nível dos rios e da consequente escassez de água potável, o fornecimento emergencial torna-se uma prioridade absoluta. A Prefeitura de Anajás, por meio da Defesa Civil Municipal e em articulação com as secretarias de Infraestrutura e Meio Ambiente, deverá mobilizar todos os recursos logísticos disponíveis para garantir a distribuição adequada de água às comunidades afetadas, especialmente aquelas localizadas em áreas de difícil acesso. Essa distribuição pode ser realizada por meio de caminhões-pipa, se disponível, embarcações adaptadas ou ainda por pontos fixos de abastecimento emergencial montados em locais estratégicos, como escolas, postos de saúde e

sedes comunitárias. Além disso, será fundamental o uso de galões e reservatórios provisórios nas comunidades, respeitando critérios de prioridade como densidade populacional, vulnerabilidade social e presença de serviços essenciais.

6.2 Distribuição de Kits de Higiene e Armazenamento

Em complemento à entrega de água potável, a distribuição de kits de higiene é essencial para evitar a proliferação de doenças de veiculação hídrica e garantir a integridade sanitária das famílias afetadas. Os kits devem conter itens como sabão, escova e pasta de dente, papel higiênico, sabão em barra, frascos de hipoclorito de sódio para desinfecção da água, baldes com tampa e canecas para uso doméstico. A ação deve ser coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio das equipes de Saúde e das lideranças comunitárias. É essencial que a distribuição desses materiais seja acompanhada de orientações práticas sobre higiene pessoal, manipulação segura da água e cuidados com o lixo domiciliar, evitando riscos adicionais à saúde pública.

6.3 Atendimento Médico Emergencial e Vigilância Epidemiológica

A seca e a estiagem prolongada favorece o surgimento de problemas de saúde como desidratação, doenças diarreicas agudas, infecções de pele, intoxicações alimentares e doenças respiratórias. Por isso, o plano de contingência deve prever o reforço imediato das equipes de saúde, de acordo como teto de gastos municipal com deslocamento de profissionais até as áreas mais atingidas, em maior frequência e com mínimo intervalo entre a apresentação das equipes, atuação com unidades móveis ou postos temporários, além da disponibilização de medicamentos básicos, soros de reidratação oral e materiais de primeiros socorros.

A vigilância epidemiológica deve atuar de forma intensificada, com notificações regulares e rápidas de surtos, coleta de dados e envio de amostras para análise, se necessário. A articulação com o sistema de referência e contrarreferência em saúde deve ser garantida, assegurando o encaminhamento de casos graves para unidades com maior capacidade resolutiva.

Essas ações de resposta imediata são fundamentais para preservar a saúde e a dignidade da população afetada pela seca e estiagem, devendo ser mobilizadas com agilidade, sensibilidade social e apoio técnico intersetorial.

7 AÇÕES DE RECUPERAÇÃO

Avaliação de danos, apoio à agricultura e reforço das políticas públicas.

Limpeza das áreas atingidas

Distribuição de donativos

Elaboração de relatórios

8 ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO

Deverá ser criada uma comissão em ato administrativo pela prefeitura municipal de Anajás com um integrante de nível superior de cada secretaria municipal para discussão e com coordenação geral realizada pela Defesa Civil com divisão e responsabilidades de cada secretaria especificada abaixo.

9 COORDENAÇÃO GERAL E ATUAÇÃO DAS SECRETARIAS NO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A coordenação geral do plano será realizada pela **Defesa Civil Municipal**, que terá a responsabilidade de articular, monitorar e gerenciar todas as ações previstas no plano, garantindo a comunicação eficiente entre as secretarias e o acompanhamento contínuo da situação de emergência.

9.1 Secretaria Municipal de Saúde:

- Responsável pelo atendimento médico emergencial e vigilância epidemiológica.
- Mobilização das equipes de saúde para atendimentos domiciliares e na unidade de saúde.
- Distribuição e controle de kits de higiene e medicamentos.

- Monitoramento de possíveis surtos de doenças decorrentes da seca e estiagem.

9.2 Secretaria Municipal de Educação:

- Garantir a continuidade do calendário escolar adaptando atividades presenciais e remotas conforme necessário.
- Realizar campanhas educativas nas escolas sobre economia e uso racional da água.
- Apoiar no acolhimento psicológico de alunos e profissionais afetados pela situação.

9.3 Secretaria Municipal de Obras:

- Realizar ações para melhoria e manutenção do sistema de abastecimento de água, priorizando áreas críticas.
- Apoiar na instalação de reservatórios provisórios para o fornecimento emergencial de água.
- Garantir a logística de transporte de água e insumos para as comunidades.

9.4 Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- Monitorar os impactos ambientais decorrentes da seca e estiagem.
- Realizar campanhas de conscientização sobre a preservação dos recursos hídricos e combate ao desperdício.
- Apoiar ações para o controle de focos e proliferação de vetores, como mosquitos, etc.

9.5 Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Identificar e atender famílias em situação de vulnerabilidade afetadas pela seca e estiagem.
- Organizar e distribuir kits de higiene e alimentos emergenciais.

- Disponibilizar apoio psicossocial e acompanhamentos social para os grupos mais afetados.

10 COMUNICAÇÃO E ALERTA

A comunicação eficiente é um dos pilares fundamentais para o sucesso das ações de resposta e mitigação em situações de emergência, como a seca e estiagem. Para garantir que a população esteja devidamente informada, orientada e preparada para agir, é essencial o uso estratégico de diversos canais de comunicação, que alcancem todos os segmentos da comunidade de forma rápida e clara.

Os **rádios locais** desempenham papel crucial na disseminação de alertas e informações, especialmente em áreas rurais ou comunidades com acesso limitado à internet. Por sua abrangência e facilidade de alcance, as rádios comunitárias possibilitam a divulgação imediata de avisos oficiais, orientações sobre medidas preventivas e atualizações sobre a situação da seca e estiagem. Além disso, as rádios permitem a interação direta com a população por meio de programas ao vivo, facilitando o esclarecimento de dúvidas e recebimento de denúncias ou solicitações.

Outro canal vital são as **redes sociais**, que se tornaram ferramentas indispensáveis para a comunicação em massa. Por meio de páginas oficiais das secretarias municipais e da Defesa Civil, as informações podem ser compartilhadas rapidamente, atingindo um público diversificado e permitindo o uso de diferentes formatos, como textos, vídeos, imagens e transmissões ao vivo. As redes sociais também promovem o engajamento da população, incentivando a participação ativa, o compartilhamento de alertas e a mobilização para ações preventivas.

Os **comitês comunitários** representam a base da comunicação local, atuando como elo entre as autoridades e a população, compostos por líderes locais,

agentes comunitários e voluntários. Esses comitês são responsáveis por levar as informações diretamente às famílias, principalmente aquelas sem acesso aos meios digitais ou tradicionais de comunicação. Eles facilitam a identificação de necessidades específicas, promovem a organização de ações coletivas e garantem que as mensagens cheguem de forma clara e adaptada à realidade local.

A integração entre esses três canais – rádios locais, redes sociais e comitês comunitários – potencializa a eficiência da comunicação, ampliando o alcance das mensagens e fortalecendo a confiança da população nas orientações oficiais. Para isso, é fundamental que haja um planejamento coordenado e contínuo, com atualização constante das informações e monitoramento da receptividade das mensagens.

Assim, a comunicação eficaz e o sistema de alerta não só informam a população sobre os riscos e medidas de proteção, mas também fortalecem a resiliência comunitária, contribuindo para a redução dos impactos da seca e da estiagem e para a preservação da saúde e do bem-estar da população.

11 FONTES DE RECURSOS

A utilização dos recursos municipais, estaduais e federais, bem como o estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e o Exército, será orientada e solicitada pelo Comitê de Resposta Rápida, que estará sob a coordenação da Defesa Civil Municipal. Esse comitê terá a responsabilidade de identificar as necessidades emergenciais, articular a mobilização desses recursos e garantir a interlocução eficiente com a administração local e demais órgãos envolvidos.

A atuação coordenada do Comitê de Resposta Rápida permitirá o acesso ágil e organizado aos recursos necessários para a mitigação dos efeitos da seca e estiagem, promovendo ações integradas e otimizando o atendimento às comunidades

afetadas. Dessa forma, assegura-se que os esforços estejam alinhados às prioridades definidas no plano de contingência, potencializando a capacidade de resposta e recuperação do município diante da emergência.

12 MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO

O plano será revisado anualmente, considerando indicadores fundamentais como o nível dos rios, o número de famílias afetadas, o volume de água distribuído e a incidência de doenças relacionadas à seca e a estiagem. Essa revisão periódica visa assegurar a atualização e a eficácia das ações previstas, permitindo ajustes estratégicos que atendam melhor às necessidades da população e aprimorem a resposta do município frente às variações e impactos causados pela seca e estiagem.

FLUXOGRAMA DE AÇÕES

IDENTIFICADO PELA DEFESA CIVIL O RISCO DE SECA E ESTIAGEM



CRIADO EM ATO ADMINISTRATIVO A COMISSÃO DE RESPOSTA RÁPIDA A SECA E ESTIAGEM (CRRSE) COM SOLICITAÇÃO PELA DEFESA CIVIL DE 1 REPRESENTANTE DE NÍVEL SUPERIOR DE CADA SECRETARIA ENVOLVIDA NESTE PLANO QUE DEVERÁ SER CEDIDO IMEDIATAMENTE PARA A COMISSÃO.



COMISSÃO SE REUNE E LEVANTA OS DADOS PARA DIAGNOSTICO REAL DA SITUAÇÃO POR RELATÓRIO QUE DEVE SER ENCAMINHADO AO COORDENADOR DA DEFESA CIVIL O MAIS BREVE POSSÍVEL.



DECLARADO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ESTIAGEM?



SIM



COMITÊ ELABORA UM RELATORIO E ENCAMINHA PARA CHEFE EXECUTIVO E CASA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO COM OS DADOS LEVANTADOS, SOLICITANDO DISPONIBILIDADE DE VERBA PARA INTERVENÇÃO NECESSÁRIA E INICIA AS AÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO VISANDO DIMINUIR O IMPACTO DA ESTIAGEM



NÃO



COMITÊ A CADA MÊS SE REUNE E FAZ UM LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE O RISCO ATÉ CESSAR O PÉRIODO DE RISCO, DECLARA DO PELA DEFESA CIVIL.



ADMINISTRAÇÃO CASO SEJA DE ACORDO DEVERÁ DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E SOLICITARÁ APOIO ESTADUAL/FEDERAL CONFORME A NECESSIDADE

ASSINATURA E VALIDAÇÃO

Este documento é validado de acordo com as assinaturas abaixo e implementado através de ato administrativo realizado pelos responsáveis.

Anajás/Pa, 25 de Junho de 2026.



JOAO FRANCISCO DE
SOUZA
FARIAS:48743151272

Assinado de forma digital por
JOAO FRANCISCO DE SOUZA
FARIAS:48743151272
Dados: 2026.07.13 16:23:30 -03'00'

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Documento assinado digitalmente
 MARIA RIZANIA GUEDES LOBATO
Data: 21/10/2025 12:41:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador de vigilância em saúde
Portaria 012/2025